

PARECER JURÍDICO

PARA: Pregoeira da Prefeitura de Bom Jardim de Minas

ASSUNTO: Análise de Impugnação ao Edital – Pregão Eletrônico nº 33/2025

INTERESSADO: Ariosvaldo do Nascimento Junior

1. RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada contra o Edital do Pregão Eletrônico nº 33/2025 (Processo Licitatório nº 119/2025), cujo objeto é a contratação de empresa especializada para serviços de engenharia, incluindo levantamento arquitetônico, elaboração de desenhos técnicos (planta baixa, cortes e fachadas) e elaboração de Projetos de Segurança Contra Incêndio e Pânico – PSCIP.

O impugnante alega que o edital contém exigência restritiva ao solicitar registro exclusivo no CREA ou CRT para fins de qualificação técnica, o que impediria a participação de profissionais e empresas registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Argumenta que as atividades descritas no objeto estão plenamente inseridas nas atribuições legais dos arquitetos e urbanistas.

2. ADMISSIBILIDADE E TEMPESTIVIDADE

A impugnação foi apresentada em 03 de fevereiro de 2026. Conforme o art. 165 da Lei nº 14.133/2021, a peça é considerada tempestiva, pois foi protocolada dentro do prazo legal antes da data designada para a sessão pública.

3. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

3.1. Das Atribuições Profissionais (Lei nº 12.378/2010)

A análise técnica do objeto licitado revela que as atividades de levantamento arquitetônico, representação gráfica de edificações e projetos arquitetônicos são atribuições expressamente conferidas aos arquitetos e urbanistas pela Lei nº 12.378/2010. Portanto, não há exclusividade legal dos conselhos CREA ou CRT para a execução de tais serviços.

3.2. Da Elaboração do PSCIP

No que tange ao Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP), a impugnação demonstra que esta não é uma atividade privativa de engenheiros. A prática consolidada nos Corpos de Bombeiros estaduais admite a responsabilidade técnica de arquitetos, formalizada por meio do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT). A exigência de registro exclusivo no CREA configura, portanto, uma barreira sem fundamento legal para profissionais igualmente habilitados.

33. Dos Princípios da Licitação

A manutenção da exigência exclusiva de registro no CREA/CRT fere diretamente os princípios da isonomia e da competitividade, estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. A Administração Pública tem o dever de buscar a proposta mais vantajosa, sendo vedada a inclusão de cláusulas que restrinjam o caráter competitivo do certame por meio de exigências desnecessárias ou desproporcionais.

4. CONCLUSÃO

Considerando que as razões trazidas pelo impugnante são totalmente pertinentes e encontram amparo na legislação profissional vigente (Lei nº 12.378/2010) e nas normas gerais de licitação (Lei nº 14.133/2021), este setor jurídico manifesta-se pelo **DEFERIMENTO** da impugnação.

Recomenda-se:

1. A retificação do edital para admitir, nos requisitos de qualificação técnica, o registro profissional tanto no CREA/CRT quanto no CAU.
2. A aceitação de RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) como documento hábil para comprovação de responsabilidade técnica por profissionais de arquitetura.
3. A republicação do edital retificado com a abertura de novo prazo para a sessão pública, garantindo a ampla participação dos interessados.

É o parecer.

Bom Jardim de Minas/MG, em 10 de fevereiro de 2026.

Wladimir de Oliveira Andrade

OAB/MG 57.629